

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO

Publicado em: 29/09/2023 | Edição: 187 | Seção: 1 | Página: 17

Órgão: Presidência da República

DESPACHO DO PRESIDENTE DA REPÚBLICA

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Exposição de Motivos Interministerial nº 120, de 27 de setembro de 2023 (em conjunto com a Controladoria-Geral da União). Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo federal, referente ao período de janeiro a agosto de 2023. Aprovo. Em 28 de setembro de 2023.





**RGF
2023**

2º
Quadrimestre

Brasília
Setembro de 2023

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal



SECRETARIA DO
TESOURO NACIONAL



MINISTÉRIO DA
FAZENDA

E.M. Interministerial nº /2023/MF/CGU

Brasília, de setembro de 2023.

Excelentíssimo Senhor Presidente da República,

1. A Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, exige, em seu art. 54, a emissão, ao final de cada quadrimestre, pelos titulares dos Poderes e órgãos referidos no art. 20, do Relatório de Gestão Fiscal assinado pelo respectivo Chefe e pelas autoridades responsáveis pela administração financeira e pelo controle interno, bem como por outras autoridades que vierem a ser definidas por ato próprio de cada Poder ou órgão.
2. O Relatório de Gestão Fiscal, consoante determina a supracitada lei, deve conter informações relativas à despesa total com pessoal, dívida consolidada, concessão de garantias e operações de crédito, devendo, no último quadrimestre de cada exercício, ser acrescido de demonstrativos referentes ao montante das disponibilidades de caixa em 31 de dezembro e às inscrições em restos a pagar.
3. Os demonstrativos que compõem o mencionado documento são consolidados, no âmbito do Ministério da Fazenda, pela Secretaria do Tesouro Nacional e avaliados, quanto à consistência dos dados neles contidos, pela Secretaria Federal de Controle Interno, órgão integrante da Controladoria-Geral da União.
4. Determina a mesma Lei que o Relatório de que se trata deverá ser publicado e disponibilizado ao acesso público até trinta dias após o encerramento do período a que corresponder, prazo esse que, para o segundo quadrimestre de 2023, se encerra em 31 de agosto do exercício corrente.
5. Assim, e com o objetivo de dar fiel cumprimento àquela determinação legal, cuja finalidade precípua consiste na preservação do princípio constitucional da publicidade,



submetemos a Vossa Excelência o incluso Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, referente ao período de janeiro a agosto do exercício de 2023.

6. O referido Relatório deverá ser objeto de encaminhamento ao Congresso Nacional e ao Tribunal de Contas da União, em cumprimento ao disposto no art. 5º, inciso I, da Lei nº 10.028, de 19 de outubro de 2000.

Respeitosamente,

FERNANDO HADDAD
Ministro da Fazenda

VINICIUS MARQUES DE CARVALHO
Ministro da Controladoria-Geral da União





Anexo 1 - Demonstrativo de Despesa com Pessoal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

Table with columns for months (SET/22 to AGO/23), Total (Últimos 12 Meses), and RPNP. Rows include Despesa Bruta com Pessoal, Despesas não Computadas, and Despesa Líquida com Pessoal.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL. Table with columns for Valor and % Sobre a BCL. Rows include Receita Corrente Líquida, Despesa Total com Pessoal, and various legal limits.

Fonte: SIAFI - SINCONTAGENS. O limite máximo do Poder Executivo é de 40,5%, destacando-se 3% para as despesas com pessoal do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios...

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital por ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:02:29 -03'00'

gov.br
Documento assinado digitalmente
RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:27:25-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal - 2º quadrimestre de 2023



UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA AMAPÁ
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

Table with columns for months (SET/22 to AGO/23), Total (Últimos 12 Meses), and RPNP. Rows include Despesa Bruta com Pessoal, Despesas não Computadas, and Despesa Líquida com Pessoal.

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL. Table with columns for Valor and % Sobre a BCL. Rows include Receita Corrente Líquida, Despesa Total com Pessoal, and various legal limits.

Fonte: SIAFI - SINCONTAGENS. O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital por ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:04:29 -03'00'

gov.br
Documento assinado digitalmente
RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:28:53-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal - 2º quadrimestre de 2023

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA RORAIMA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	JAN/23	FEV/23	MAR/23	ABR/23	MAI/23	JUN/23	JUL/23	AGO/23		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	33.857	32.539	48.836	33.063	32.834	33.040	32.980	32.987	35.365	52.834	35.562	35.633	438.729	0
Pessoal Ativo	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Obrigações Patronais	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Pessoal Inativo e Pensionistas	33.857	32.539	48.836	33.063	32.834	33.040	32.980	32.987	35.365	52.834	35.562	35.633	438.729	0
Aposentadorias, Reserva e Reformas	23.507	23.265	34.792	23.534	23.271	23.414	23.396	23.328	25.462	38.221	25.474	25.513	313.177	0
Pensões	9.550	9.274	14.044	9.529	9.562	9.626	9.583	9.659	9.903	14.613	10.088	10.120	125.553	0
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	58	137	3.610	2.285	132	182	132	132	134	137	141	180	7.289	0
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Decorrentes de Decisão Judicial	58	137	127	136	132	132	132	132	134	137	137	131	1.524	0
Despesas de Exercícios Anteriores	0	0	0	0	0	51	0	0	0	0	5	49	104	0
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0	0	3.483	2.148	0	0	0	0	0	0	0	0	5.631	0
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	32.998	32.402	45.226	30.779	32.702	32.858	32.848	32.856	35.231	52.697	35.421	35.453	431.471	0

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.207.549.333	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	431.471	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		0,036%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001) ¹	1.195.474	0,099%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%	1.135.700	0,094%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%	1.075.926	0,089%

FONTE: SIAFI - SINCONT/GEINF

¹O Decreto nº 10.120, de 21 de novembro de 2019, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

**ROGERIO
CERON DE
OLIVEIRA**

Assinado de forma
digital por ROGERIO
CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26
13:04:53 -03'00'

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

gov.br
Documento assinado digitalmente
RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:30:18-0300
Verifique em https://validar.jti.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
RECURSOS DA UNIÃO PARA DISTRITO FEDERAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

RGF - Anexo I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (Últimos 12 Meses)												TOTAL (ÚLTIMOS 12 MESES) (a)	INSCRITAS EM RPNP (b)
	LIQUIDADAS													
	SET/22	OUT/22	NOV/22	DEZ/22	JAN/23	FEV/23	MAR/23	ABR/23	MAI/23	JUN/23	JUL/23	AGO/23		
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	1.449.426	1.150.125	1.379.331	955.714	949.512	1.477.811	1.436.042	2.034.105	1.051.631	2.058.658	1.164.720	1.407.850	16.514.125	23.490
Pessoal Ativo	607.916	526.115	625.320	536.249	365.941	805.186	747.593	1.077.088	588.664	972.483	671.250	642.588	8.166.443	19.773
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	592.486	510.826	594.791	520.948	350.623	790.345	732.661	1.062.213	573.825	957.670	655.666	625.954	7.968.212	19.746
Obrigações Patronais	15.240	15.289	30.529	15.301	15.313	14.841	14.932	14.876	14.840	14.813	15.624	16.634	198.231	27
Pessoal Inativo e Pensionistas	841.510	624.011	754.011	419.465	583.570	672.625	688.449	957.016	462.966	1.086.175	493.470	764.462	8.347.681	3.718
Aposentadorias, Reserva e Reformas	748.933	539.930	643.939	350.849	505.544	583.957	598.789	830.332	388.902	952.693	415.802	666.702	7.244.483	3.098
Pensões	92.577	84.081	110.072	68.616	80.026	88.668	89.661	106.685	73.974	133.482	77.628	97.759	1.103.198	619
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	79.740	82.533	131.984	35.807	477.029	64.376	61.328	61.538	58.964	55.413	57.647	66.861	1.232.318	4.594
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	17.577	7.852	5.953	5.481	349	12.198	8.926	8.991	6.119	3.257	5.555	12.018	94.273	1.335
Decorrentes de Decisão Judicial	94	93	94	98	94	95	95	94	96	95	95	98	1.140	0
Despesas de Exercícios Anteriores	5.330	22	1.414	65	424.848	1	206	274	749	61	5	1.852	434.925	3.051
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	56.739	74.567	124.524	30.163	51.738	52.082	52.000	52.179	52.800	52.000	51.994	51.993	701.980	208
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	1.369.686	1.067.592	1.247.347	919.908	472.483	1.413.435	1.374.815	1.972.567	992.667	2.003.245	1.107.074	1.340.989	15.281.806	18.897

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	1.207.549.333	-
DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	15.300.705	-
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (VI) = (VII / IV) * 100		1,267%
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)	26.566.085	2,200%
LIMITE PRUDENCIAL (IX) (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%	25.237.781	2,090%
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,98%	23.909.477	1,980%

FONTE: SIAFI - SINCONT/GEINF

¹O Decreto nº 6.334, de 28 de dezembro de 2007, deu nova redação aos incisos do art. 2º do Decreto nº 3.917, de 13 de setembro de 2001.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

**ROGERIO
CERON DE
OLIVEIRA**

Assinado de forma
digital por ROGERIO
CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26
13:05:15 -03'00'

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

gov.br
Documento assinado digitalmente
RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:31:27-0300
Verifique em https://validar.jti.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Anexo 2 - Demonstrativo da Dívida Consolidada Líquida

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
		RS milhares	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	8.185.160.134	8.371.831.833	8.598.582.206
Dívida Mobiliária	8.061.208.196	8.213.270.724	8.477.945.179
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019) ¹	36.534.999	36.534.999	36.534.999
Dívida Contratual	81.290.857	80.985.372	73.960.346
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	450.218	36.221.099	6.204.017
Demais	5.675.864	4.819.639	3.937.665
DEDUÇÕES (II) *	2.991.786.768	3.005.917.406	2.968.448.617
Ativo Disponível	1.827.434.126	1.749.210.178	1.682.845.234
Haveres Financeiros	1.261.365.040	1.350.657.837	1.382.018.159
(-) Restos a Pagar Processados ²	-97.012.398	-93.950.609	-96.414.776
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - DCL (III) = (I - II)	5.193.373.366	5.365.914.427	5.630.133.589
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.253.427.307	1.253.413.448	1.207.549.333
% da DC sobre a RCL (I / RCL)	653,02%	667,92%	712,07%
% da DCL sobre a RCL (III / RCL)	414,33%	428,10%	466,24%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <math>\leq 96\%</math>³	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
PASSIVO ATUARIAL	2.326.266.176	2.258.571.558	2.258.571.558
RPPS Civil	1.404.782.064	1.404.782.064	1.404.782.064
Despesas Previdenciárias do FCDF	61.903.579	61.903.579	61.903.579
Militares Inativos ⁴	525.897.514	452.660.918	452.660.918
Pensões Militares	333.683.019	339.224.997	339.224.997

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

Nota: Em atendimento aos Acórdãos nº 435/2009-TCU-1ª Câmara e 5403/2009-TCU-1ª Câmara, a partir do 1º Quadrimestre de 2010, o demonstrativo passou a ser apurado a partir dos dados do Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal (Siafi).

¹ Em que pese o Manual de Demonstrativos Fiscais (STN, 2022, p. 593) preconizar que as obrigações decorrentes do relacionamento entre União e Banco Central do Brasil constituem Dívida Mobiliária, tal caracterização é constatada apenas se e quando ocorre a emissão efetiva de títulos públicos pela Secretaria do Tesouro Nacional, conforme estabelece o § 5º do art. 4º da Lei nº 13.820, de 2 de maio de 2019. Enquanto não há a efetiva emissão, as obrigações em questão são apresentadas de maneira segregada à linha "Dívida Mobiliária".² O valor evidenciado nesta linha inclui o total de Restos a Pagar inscritos como Processados que aguardam pagamento e o total de Restos a Pagar inscritos com Não-Processados que foram posteriormente liquidados e aguardam, de igual maneira, pagamento. Além disso, por representarem potenciais inscrições de Restos a Pagar em 31 de dezembro, estão somados, também, os valores das despesas liquidadas no exercício financeiro atual que não foram pagas até o 3º Quadrimestre de 2022.³ Limite em regulamentação. O Poder Executivo encaminhou proposta de limite de endividamento da União para regulamentação pelo Senado Federal.⁴ Tendo em vista que o passivo atuarial dos militares inativos foram realizados em contas que compõem, também, as pensões militares, o passivo anterior de Militares Inativos foi repetido e excluído da linha Pensões Militares.ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital por ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:05:33 -03'00'

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE
Documento assinado digitalmente
Data: 22/09/2023 15:32:33-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DETALHAMENTO DO DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

ESPECIFICAÇÃO	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
		RS milhares	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	8.185.160.134	8.371.831.833	8.598.582.206
Dívida Mobiliária	8.061.208.196	8.213.270.724	8.477.945.179
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	5.694.077.957	5.785.806.330	6.022.625.853
(-) Aplicações em Títulos Públicos	-4.149.499	-4.364.562	-4.458.506
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	2.155.465.636	2.225.315.768	2.256.288.591
Dívida Securitizada	3.638.671	3.343.610	4.039.537
Dívida Mobiliária Externa	212.197.132	203.169.578	199.449.704
Relações Financeiras entre a União e o BCB (Lei nº 13.820/2019)	36.534.999	36.534.999	36.534.999
Dívida Contratual	81.290.857	80.985.372	73.960.346
Precatórios posteriores a 5.5.2000 (inclusive)	450.218	36.221.099	6.204.017
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	2.396.886	2.445.982	1.683.149
Outras Dívidas	3.278.978	2.373.657	2.254.516
Passivos reconhecidos com insuficiência de créditos / recursos	3.278.978	2.373.657	2.254.516
Demais Dívidas	0	0	0
DEDUÇÕES (II)	2.991.786.768	3.005.917.406	2.968.448.617
Ativo Disponível	1.827.434.126	1.749.210.178	1.682.845.234
Depósitos do TN no BCB	1.824.334.814	1.745.379.539	1.678.625.752
Depósitos a Vista	3.099.312	3.830.640	4.219.482
Arrecadação a Receber	0	0	0
Haveres Financeiros	1.261.365.040	1.350.657.837	1.382.018.159
Aplicações Financeiras	589.623.563	661.388.504	654.044.633
Disponibilidades do FAT	421.489.837	431.726.284	442.319.468
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado *	168.163.725	229.662.220	211.725.165
Recursos da Reserva Monetária	0	0	0
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação	569.522.046	587.911.357	634.434.863
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	561.411.563	574.938.534	586.698.722
Créditos da Lei nº 8.727/93	5.990.939	4.766.216	4.329.941
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	3.059.155	5.437.181	5.137.578
Demais Dívidas Renegociadas	123.616.817	132.923.805	144.685.354
Ajustes para Perdas	-126.556.428	-130.154.379	-106.416.732
Demais Ativos Financeiros	102.219.431	101.357.976	93.538.663
Haveres Externos (Garantias)	0	0	0
Outros Créditos Bancários	107.556.315	104.991.563	98.104.748
Ajustes para Perdas	-3.336.883	-3.633.587	-4.566.084
(-) Restos a Pagar Processados ²	-97.012.398	-93.950.609	-96.414.776
(-) Depósitos Restituintes e Valores Vinculados	0	0	0
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	5.193.373.366	5.365.914.427	5.630.133.589
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.253.427.307	1.253.413.448	1.207.549.333
% da DC sobre a RCL (I/RCL)	653,02%	667,92%	712,07%
% da DCL sobre a RCL (III/RCL)	414,33%	428,10%	466,24%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <math>\leq 96\%</math>³	-	-	-
OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2023	
PASSIVO ATUARIAL	2.326.266.176	2.258.571.558	2.258.571.558
RPPS Civil	1.404.782.064	1.404.782.064	1.404.782.064
Despesas Previdenciárias do FCDF	61.903.579	61.903.579	61.903.579
Militares Inativos	525.897.514	452.660.918	452.660.918
Pensões Militares	333.683.019	339.224.997	339.224.997

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Assinado de forma digital por ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:06:13 -03'00'

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

RONALD DA SILVA BALBE
Documento assinado digitalmente
Data: 22/09/2023 15:34:24-0300
Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Anexo 3 – Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

RGF - Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) R\$ milhões

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	213.843.828	205.619.718	204.912.634
Em Operações de Crédito Externas	123.783.661	118.471.037	115.395.255
Em Operações de Crédito Internas	90.060.167	87.148.681	89.517.380
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.879.271	31.022.965	33.300.980
Em Operações de Crédito Externas	21.702.328	21.516.958	21.701.283
Em Operações de Crédito Internas	9.176.943	9.506.007	11.599.697
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	32.129.028	28.296.297	31.334.682
Em Operações de Crédito Externas	25.992.686	22.425.865	25.716.529
Em Operações de Crédito Internas	6.136.341	5.870.432	5.618.153
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV) (1)	29.019.312	26.585.815	24.491.121
FGTS - BNDES (2)	1.491.333	1.375.260	1.259.926
Fundo de Garantia à Exportação - FGE	20.007.463	17.494.177	15.873.442
Fundo de Garantia Promoção Competitividade - FGPC	0	0	0
Garantia de Execução de Contrato/Devolução de Sinal	0	0	0
Seguro de Crédito à Exportação - SCEIRB	0	0	0
Prog. Fortalecimento Agric. Familiar - PRONAF/BB	21.637	21.637	22.188
Prog. de Recuperação da Lavoura Cacaueira - BB	988.791	988.791	604.154
Lei nº 8.036/90 - Risco de Operações Ativas	2.651.780	2.778.839	2.730.892
EMGEA - MP nº 2.155, de 22.06.2001 (2)	3.858.308	3.927.111	4.000.519
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	305.871.439	291.524.795	294.039.417
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (VI)	1.253.427.307	1.253.413.448	1.207.549.333
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	24,40%	23,26%	24,35%
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 60%	752.056.384	752.048.069	724.529.600
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - (0,9 x 60%)	676.850.746	676.843.262	652.076.640

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023	
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VII)	213.843.828	205.619.718	204.912.634
Em Garantia às operações de Crédito Externas	123.783.661	118.471.037	115.395.255
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.060.167	87.148.681	89.517.380
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	30.879.271	31.022.965	33.300.980
Em Garantia às operações de Crédito Externas	21.702.328	21.516.958	21.701.283
Em Garantia às operações de Crédito Internas	9.176.943	9.506.007	11.599.697
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	12.174.592	11.466.266	11.390.123
Em Garantia às operações de Crédito Externas	9.215.912	8.572.056	8.543.410
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.958.680	2.894.211	2.846.713
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	0	0	0
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	256.897.691	248.108.949	249.603.738

FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF e CODIV

1) A partir do 2º Quadrimestre de 2020, as operações por meio de fundos e programas passaram a ser detalhadas pelos fundos identificados por lançamentos no SIAFI.

2) Os valores relativos a esta linha ainda não se encontram registrados no SIAFI.

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

Assinado de forma digital por
ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:06:34
-03'00'

RONALD DA SILVA BALBE

Documento assinado digitalmente

RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:35:33-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Anexo 4 – Demonstrativo das Operações de Crédito

UNIÃO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

RGF - Anexo 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "M" e inciso III alínea "c") R\$ milhões

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR	
	No 2º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	633.344.740	1.249.563.610
Mobiliária	632.831.790	1.248.937.955
Interna	632.831.790	1.237.859.855
Refinanciamento	270.225.686	874.827.925
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Internas - Orçamentárias	362.531.909	362.645.114
Outras Internas - Extraorçamentárias	74.196	386.816
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	74.196	386.816
Aporte em Empresas	0	0
Trocas e Demais Operações Internas	0	0
Externa	0	11.078.100
Refinanciamento	0	5.346.714
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º) ¹	0	0
Outras Operações Mobiliárias Externas	0	5.731.386
Contratual	512.950	625.655
Interna	-112.705	0
Abertura de Crédito	-112.705	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Internas	0	0
Externa	625.655	625.655
Abertura de Crédito - Orçamentárias	625.655	625.655
Abertura de Crédito - Extraorçamentárias	0	0
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0	0
Outras Operações Contratuais Externas	0	0
APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	1.207.549.333	-
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	-	-
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	1.233.263.003	102,13%
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas ²	1.232.877.086	102,10%
Cancelamento de títulos aceitos em leilões de trocas	0	0,00%
Aporte Bacen Lei 11.803/2008 ¹	386.816	0,03%
Concessão de Garantias ³	0	0,00%
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (Ia) - (II) - (III)	16.299.707	1,35%
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS¹	724.529.600	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	-	-
FONTE: SIAFI - STN/CONT/GEINF e STN/CODIV/GEINF		

¹ Dedução conforme art. 7º, §2º, I da Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, alterada pela Resolução do Senado Federal nº 41, de 8 de dezembro de 2009.² Representa o valor das operações efetuadas no período de referência do relatório, apurado a partir da variação, no período, dos saldos de Garantias Concedidas, demonstrados no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal, que até este quadrimestre foi de menos R\$ 11.832,0 milhões. Quando houver redução no valor total de concessão de garantias de um quadrimestre para o outro, essa linha virá zerada, uma vez que não existe concessão negativa de garantias. Além disso, tendo em vista que ainda não é possível separar as concessões de garantias da União com a de outras entidades detalhadas no Anexo 3, consideramos mais prudente manter a linha zerada.³ Limite estabelecido pela Resolução do Senado Federal nº 48, de 21 de dezembro de 2007, válido para cada exercício. Os valores divulgados para o 1º e 2º quadrimestres não devem ser considerados como referência para projeção da evolução anual do indicador, tendo em vista as sazonalidades das receitas e despesas orçamentárias, em especial as relacionadas à gestão da Dívida Pública Federal.ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro Nacional

Assinado de forma digital por
ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:06:54
-03'00'

RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Federal de Controle Interno

Documento assinado digitalmente

RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:36:28-0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Anexo 6 – Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal

UNIÃO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO SIMPLIFICADO DO RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO DE 2023

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA		VALOR	
Receita Corrente Líquida		1.207.549.333	
DESPESA COM PESSOAL		VALOR	% SOBRE A RCL
PODER EXECUTIVO			
Despesa Total com Pessoal - DTP		248.247.621	20,558%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 37,9%		457.661.197	37,900%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 36,01%		434.778.137	36,005%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 34,11%		411.895.077	34,110%
DESPESAS DA UNIÃO COM O AMAPÁ			
Despesa Total com Pessoal - DTP		591.990	0,049%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,169% (Decreto nº 3.917/2001)¹		2.040.758	0,169%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,161%		1.938.720	0,161%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,152%		1.836.683	0,152%
DESPESAS DA UNIÃO COM RORAIMA			
Despesa Total com Pessoal - DTP		431.471	0,036%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 0,099% (Decreto nº 3.917/2001)¹		1.195.474	0,099%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 0,094%		1.135.700	0,094%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 0,089%		1.075.926	0,089%
DESPESAS DA UNIÃO COM O DISTRITO FEDERAL			
Despesa Total com Pessoal - DTP		15.300.703	1,267%
Limite Máximo (incisos I, II e III do art. 20 da LRF) - 2,200% (Decreto nº 3.917/2001)¹		26.566.085	2,200%
Limite Prudencial (parágrafo único do art. 22 da LRF) - 2,090%		25.237.781	2,090%
Limite de Alerta (inciso II do §1º do art. 59 da LRF) - 1,980%		23.909.477	1,980%
DÍVIDA		VALOR	% SOBRE A RCL
Dívida Consolidada Líquida		5.365.914.427	444,36%
Limite Definido por Resolução do Senado Federal		-	-
GARANTIAS DE VALORES		VALOR	% SOBRE A RCL
Total das Garantias de Valores		294.039.417	24,35%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 - 60%		724.529.600	60,00%
OPERAÇÕES DE CRÉDITO		VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Externas e Internas (Exceto Amortização/Refinanciamento e Demais Deduções)		16.299.707	1,35%
Limite Definido pela Resolução do Senado Federal 48/2007 para Operações de Crédito Externas e Internas - 60%		724.529.600	60,00%
Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita		-	-

Fonte: SIAH - SIN/CONT/GEINF

ROGÉRIO CERON DE OLIVEIRA
Secretário do Tesouro NacionalROGERIO CERON
DE OLIVEIRAAssinado de forma digital por
ROGERIO CERON DE OLIVEIRA
Dados: 2023.09.26 13:07:11
+0300RONALD DA SILVA BALBE
Secretário Especial de Controle Interno
Documento assinado digitalmente

gov.br

RONALD DA SILVA BALBE
Data: 22/09/2023 15:37:33 -0300
Verifique em https://validar.it.gov.br

Relatório de Gestão Fiscal do

2º semestre de 2023

Metodologia de Elaboração dos Demonstrativos

METODOLOGIA DE ELABORAÇÃO DOS DEMONSTRATIVOS QUE COMPÕEM O RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
PODER EXECUTIVO DO GOVERNO FEDERAL
2º QUADRIMESTRE DE 2023

PORTARIA Nº 1.447, DE 14 DE JUNHO DE 2022, DA STN, QUE APROVOU A 13ª EDIÇÃO DO MANUAL DE DEMONSTRATIVOS FISCAIS

1) DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL – ANEXO 1 – LRF, ART.55, INCISO I, ALÍNEA “A”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes do anexo de Despesas com Pessoal;
- Movimento mensal dos últimos 12 meses nos itens de informação Despesas Liquidadas e Despesas Inscritas em RP Não Processados;
- Excluem-se do demonstrativo os valores de Auxílio-Reclusão, identificados por Natureza de Despesa Detalhada: Auxílio Reclusão Ativo Civil, 31900502; Auxílio-Reclusão Ativo Militar.

DEMONSTRATIVO DE DESPESAS COM PESSOAL	
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	
Pessoal Ativo	Soma dos itens abaixo.
Vencimentos, Vantagens e Outras Despesas Variáveis	<p>Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais</p> <p>Elemento de Despesa EXCETO 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar EXCETO 03 – Pensões do RPPS e do Militar EXCETO 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização</p> <p>EXCETUANDO-SE</p> <p>Linha Obrigações Patronais</p> <p>Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")</p> <p>05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar</p> <p>08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar</p> <p>17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar</p> <p>91 – Sentenças Judiciais</p> <p>92 – Despesas de Exercícios Anteriores</p> <p>94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas</p>
Obrigações Patronais	<p>Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais</p> <p>Elemento de Despesa 07 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência 13 – Obrigações Patronais</p> <p>MAIS (+)</p> <p>Grupo de Despesa 1 – Pessoal e Encargos Sociais</p> <p>Natureza da Despesa Detalhada 31909213 – Obrigações Patronais 31919213 – Obrigações Patronais 31909207 – Contribuição a Entidade Fechada de Previdência</p>
Pessoal Inativo e Pensionistas	Soma dos itens abaixo.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Aposentadorias, Reserva e Reformas	Grupo de Despesa Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Natureza da Despesa Detalhada	1 – Pessoal e Encargos Sociais 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 31901702 – Ajuda de Custo por Transferência do Militar para Inatividade Remunerada 31909109 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Civil 31909112 – Sentença Judicial Parcela Única – Inativo Militar 31909115 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Civil 31909118 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Inativo Militar 31909123 – Precatórios – Inativo Civil 31909124 – Precatórios – Inativo Militar 31909128 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Civil 31909129 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Inativo Militar 31909201 – Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas 31909403 – Indenizações e Restituições Trabalhistas do Inativo Civil 31909414 – Compensações Pecuniárias – Lei nº 7.964/1989
Pensões	Grupo de Despesa Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Natureza da Despesa Detalhada	1 – Pessoal e Encargos Sociais 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 31909110 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Civil 31909113 – Sentença Judicial Parcela Única – Pensionista Militar 31909116 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Civil 31909119 – Sentença Judicial Não Transitada em Julgado – Pensionista Militar 31909136 – Precatórios – Pensionista Civil 31909137 – Precatórios – Pensionista Militar 31909130 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Civil 31909131 – Sentença Judicial de Pequeno Valor – Pensionista Militar 31909203 – Pensões do RPPS e do Militar 31909220 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Civis 31909221 – Pensão Indenização – Anistiados Políticos Militares 31909406 – Indenizações e Restituições Trab. Pens. Militar
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	Grupo de Despesa Elemento de Despesa OU Conta Contábil	1 – Pessoal e Encargos Sociais 3 – Outras Despesas Correntes 34 – Outras Despesas de Pessoal – Terceirização 863310100 – Despesas com Pessoal a Executar; 86332.00.00 – Despesas com Pessoal – Contrato de Gestão (Rede Sarah de Saúde)
Despesa com Pessoal não Executada Orçamentariamente	Ainda sem metodologia definida.	
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	Soma dos itens abaixo.	
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	Grupo de Despesa Elemento de Despesa	1 – Pessoal e Encargos Sociais 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Decorrentes de Decisão Judicial	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 91 – Sentenças Judiciais 23 – Contribuição para Custeio de Pensões Militares 56 – Contribuição do Plano de Seguridade Social do Servidor 69 – Contribuição Patronal para Plano de Seguridade Social do Servidor
Despesas de Exercícios Anteriores	Grupo de Despesa Elemento de Despesa EXCETUANDO-SE Fonte de Recursos (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa MAIS (+) Grupo de Despesa Fonte de Recursos Elemento de Despesa (para Naturezas de Despesas que contenham os seguintes termos em suas descrições: "APOSENT"; "INAT"; "REFORM"; "PEN"; "7.963/1989")	1 – Pessoal e Encargos Sociais 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União 01 – Aposentadorias do RPPS, Reserva Remunerada e Reforma Militar 03 – Pensões do RPPS e do Militar 1 – Pessoal e Encargos Sociais 023 – Pensões Militares da União e Ex-Territórios 024 – Pensões Militares e Remuneração dos Inativos Militares – FCDF 055 – Benefícios do RPPS – FCDF 056 – Benefícios do RPPS da União 05 – Outros Benefícios Previdenciários do Servidor ou do Militar 08 – Outros Benefícios Assistenciais do Servidor e do Militar 17 – Outras Despesas Variáveis – Pessoal Militar 91 – Sentenças Judiciais 92 – Despesas de Exercícios Anteriores 94 – Indenizações e Restituições Trabalhistas
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) – (I – II)		

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023



Quanto à paginação do demonstrativo de Despesas com Pessoal, segue-se a seguinte metodologia:

DIVISÕES DO DEMONSTRATIVO	
União	UO – Poder 0 – Poder Executivo UO – Órgão Máximo 34000 – Ministério Público da União 59000 – Conselho Nacional do Ministério Público EXCLUINDO-SE Valores referentes ao GDF e dos ex-Territórios (Amapá e Roraima)
Governo do Distrito Federal	Unidade Orçamentária 73901 – Fundo Constitucional do Distrito Federal
Amapá	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0004 – Território do Amapá Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União
Roraima	Plano Orçamentário (Código UO) 73113 – Recursos sob Supervisão do MPOG Plano Orçamentário (Código UO) 73101 – Recursos sob Supervisão do MF Plano Orçamentário (Código PO) 0003 – Território de Roraima Função de Governo 09 – Previdência Social Subfunção de Governo 272 – Previdência do Regime Estatutário Programa de Governo 0089 – Previdência de Inativos e Pensionistas da União

2) DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA – ANEXO 2 – LRF ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “B”

– Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;

– Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DÍVIDA CONSOLIDADA	
Dívida Mobiliária	Soma dos itens abaixo.
Dívida Mobiliária do TN Interna (em mercado)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo
	Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em mercado (exceto operações intraorçamentária).

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1000001 (CFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1500001 (NTN-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1700001 (NTN-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1800001 (NTN-P (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2000001 (CFT-D (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2300007 (NTN-F (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2400001 (NTN-M (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2600001 (NTN-I (VL + CM + ENC) – Mercado); DP2800001 (CFT-E (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3000001 (CDP/INSS (VL + CM + ENC) – Mercado); DP3400001 (CP (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5000001 (LFT-A (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5500001 (LFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP5800001 (CTN (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6100001 (NTN-A1 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1400001 (NTN-C (VL + CM + ENC) – Mercado); DP1200001 (CFT-B (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9000001 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP8000001 (BTN/BIB (VL + CM + ENC) – Mercado); DP7000001 (LFT (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6600001 (NTN-A6 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6300001 (NTN-A3 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP6200001 (NTN-A2 (VL + CM + ENC) – Mercado); DP9102001
(-) Aplicações em Títulos Públicos	11111.50.XX Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata -11111.50.05 Poupança -11111.50.11 Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU -11111.50.12 Resgate de Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Recursos CTU Critérios Tipo de Administração “3”, “4”, “5”, “6” e “8” (Administração Indireta) Órgão EXCETO 25901 – “Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)”
Dívida Mobiliária do TN Interna (em carteira BCB)	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.07 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Curto Prazo 89991.39.08 Dívida Mobiliária Interna BACEN – Longo Prazo Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos em carteira BCB. Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP1500010 (NTN-D (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1800010 (NTN-P (VL + CM + ENC) – BACEN); DP2300010 (NTN-F (VL + CM + ENC) – BACEN); DP5500010 (LFT-B (VL + CM + ENC) – BACEN); DP7000010 (LFT (VL + CM + ENC) – BACEN); DP9000010 (LTN-DL 2376 (VL + CM + ENC) – BACEN); DP1700010 (NTN-B (VL + CM + ENC) – BACEN)
Dívida Securitizada	89991.39.01 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Curto Prazo 89991.39.02 Dívida Mobiliária Interna Mercado – Longo Prazo 89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo 89991.39.05 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 89991.39.06 Dívida Mobiliária Agrária – TDA/Curto Prazo 21211.02.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) 22211.01.02 Títulos da Dívida Agrária (TDA) Critérios Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados a títulos referentes à dívida securitizada (exceto para TDAs). Identificados pela Entidade no Conta Corrente: DP3100001 (TDA – Título da Dívida Agrária); DP3201031 (BNCC920116); DP3201032 (JUST920116); DP3201059 (NUCL910801); DP3201077 (SOVT910901); DP3201078 (SOVT911001); DP3201080 (SOVT920116); DP3201081 (SOVT911114); DP3201145 (SUMA920199); DP3201202 (LOYD960615); DP3201222 (SIBR950815); DP3201228 (EXT960815); DP3201233 (Dívida Agrícola); DP3201250 (CVSA970101); DP3201256 (ESTA980601); DP3200001 (CSTN000115); DP3201272 (ESTH980815); DP3201271 (ESTI980815); DP3201262 (ESTG980615); DP3201260 (ESTF980615); DP3201259 (ESTA980625); DP3201258 (ESTB980601); DP3201390 (CSTN000116); DP3201378 (SUNA971115); DP3201368 (EXTI990115); DP3201362 (LOYD990115); DP3201299 (JSTN_A002); DP3201296 (UNIA990116); DP3201281 (ESTI981215); DP3201280 (JSTN_A001); DP3201277 (CVSD970101); DP3201276 (CVSC970101); DP3201275 (CVSB970101); DP3201257 (ESTC980601)

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Dívida Mobiliária Externa	89991.39.03 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
	89991.39.04 Dívida Mobiliária Externa – Curto Prazo
Operações de Equalização Cambial - Relacionamento TN/ BCB (Lei nº 11.803/08)	21891.29.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	21891.29.02 Custos das Operações Cambiais e Reservas
	21894.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	21895.29.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
	-11381.30.01 Resultado Negativo do BACEN – Balanço Apurado
	-11381.30.02 Resultado Negativo do BACEN – Custo das Reservas
Dívida Contratual	
Dívida Contratual de PPP	Sem informação.
Demais Dívidas Contratuais	21221.03.00 Empréstimos Externos – Em Contrato
	21211.03.01 Crédito Securitizado
	21211.03.03 Contratos de Empréstimos Internos
	21211.07.00 Empréstimos Recebidos Antecipadamente
	21214.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Estados
	21214.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Estados
	21215.03.01 Crédito Securitizado – Inter OFSS – Municípios
	21215.03.03 Contratos de Empréstimos Internos – Inter Municípios
	21251.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contratados
	21221.06.01 Débitos de Operações Especiais
	21231.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes
	21231.02.02 Financiamento para Construção de Imóveis Habitacionais
	21241.02.01 Financiamento dos Ativos Permanentes
	21254.01.03 Juros Prorata Sobre Empréstimos Internos Contratados – Inter Estados
	21255.01.03 Juros Pró-Rata sobre Empréstimos Internos – Inter Municípios
	22221.02.00 Empréstimos Externos – Em Contratos
	22211.02.00 Empréstimos Internos – Em Contratos
	21731.03.01 Instituições Financeiras
	21731.06.02 Instituições Não Financeiras
	21771.01.01 Instituições Financeiras
	21735.04.02 Instituições Não Financeiras
	22231.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente
	22231.01.02 Financiamentos para Construção de Imóveis
	21231.01.02 Financiamentos Internos
	22241.01.01 Financiamentos do Ativo Permanente
	22731.03.01 Instituições Financeiras
	22771.01.01 Instituições Financeiras
	Critérios

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Para conta contábil 22731.04.01, é excluída a Unidade Gestora 170512 – Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)	
Precatórios posteriores a 05/05/2000 (inclusive)	63110.00.00 RP Não Processados a Liquidar	
	63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar	
	63151.00.00 RPNP a Liquidar Bloqueados por Decreto	
	63152.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação Bloqueado	
	63120.00.00 RPNP a Liquidar em Liquidação	
	63210.00.00 RP Processados a Pagar	
	52211.01.01 Originário do OGU	
	52211.02.01 Antecipação – LDO	
	52211.02.09 Anulação da Antecipação – LDO	
	52212.01.01 Originário do OGU	
	52212.01.03 Originário do OGU – Suplementação Automática	
	52212.02.01 Créditos Especiais Abertos	
	52212.02.02 Créditos Especiais Reabertos	
	52212.02.03 Créditos Especiais Reabertos – Suplementação	
	52212.03.01 Créditos Extraordinários Abertos	
	52212.03.02 Créditos Extraordinários Reabertos	
	52212.03.03 Créditos Extraordinários Reabertos – Suplementação	
	52219.01.00 Alteração do Quadro de Detalhamento das Despesas	
	52219.02.00 Alteração da Lei Orçamentária	
	52219.03.00 Dotação Transferida	
	52219.04.00 Cancelamento de Dotações	
	52219.01.01 Acréscimo	
	52219.01.09 Redução	
	52219.02.01 Acréscimo	
	52219.02.09 Redução	
	52219.03.01 Acréscimo	
	52219.03.09 Redução	
	-62213.03.00 Crédito Empenhado Liquidado e Pago	
	Critérios	
Ação de Governo		0005 – “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)”, 00U9 – “Compensação Decorrente da Aplicação do Art. 100 da Constituição”, 00UP – “Compensação Decorrente da Aplicação do Art. 100 da Constituição”, 0EC7 – “Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado”, 0EC8 – “Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado”
Ação de Governo		0Z01 – “Reserva de Contingência Fiscal – Primária”, apenas para a Unidade Orçamentária 71103 – Encargos Financeiros da União – Sentenças Judiciais
Dívida Assumida pela União (Lei nº 8.727/93)	21891.26.00 Entidades Credoras – Federais	
	22891.16.00 Obrigações Junto a Entidades Federais	
	22731.04.01 Instituições Financeiras	

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
	Unidade Gestora	170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)"
	Conta Corrente	Exceto "PF1705118"
Passivos Reconhecidos por Insuficiência de Créditos/Recursos		
	21311.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais
	21314.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Estados
	21315.04.00	Contas a Pagar Credores Nacionais – Inter Municípios
	21121.01.00	Benefícios Previdenciários
	21141.98.00	Outros Encargos Sociais
	21144.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Estados
	21145.98.00	Outros Encargos Sociais – Inter Municípios
	21111.01.01	Salários, Remunerações e Benefícios
	22311.01.00	Fornecedores Nacionais
	21411.99.00	Outros Tributos e Contribuições
	Critérios	
	ISF Lançamento	P (Patrimonial)
DEDUÇÕES		
Ativo Disponível		
Depósitos do TN no BCB		
	11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
	11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
	11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
Depósitos à Vista		
	11111.19.00	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais no Exterior
	11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais no Exterior
	11121.50.00	Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
	11121.52.00	Aplicações em Depósitos Realizáveis de Curtíssimo Prazo
	Critérios	
	Órgão	EXCETO 25901 – "Fundo de Compensação e Variações Salariais (FCVS)"
	Unidade Gestora	EXCETO 380916 – "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".
Arrecadação a Recolher		Os valores correspondem às conciliações das entradas na conta única no dia útil posterior ao encerramento do quadrimestre, separados em: Arrecadação IN-SRF 80/89, Outros e Pendência a Identificar.
Haveres Financeiros		
Aplicações Financeiras		
Disponibilidades do FAT		
	11121.XX.XX	Caixa e Equivalentes em Moedas Estrangeiras
	11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas
	11111.50.09	Fundo de Aplicação Extramercado – FAT/FUNCAF/FNDE

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

		11111.50.11	Aplic Financ Liquidez Imediata Recursos CTU
		11241.01.XX	Empréstimos Concedidos a Receber
		11241.03.XX	Operações Especiais
		11351.07.XX	Depósitos Especiais
		11351.11.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Brasil
		11351.12.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco do Nordeste
		11351.13.XX	Depósitos Especiais no FAT no BNDES
		11351.14.XX	Depósitos Especiais no FAT na Caixa Econômica
		11351.15.XX	Depósitos Especiais no FAT na FINEP
		11351.16.XX	Depósitos Especiais no FAT no Banco da Amazônia
		11354.07.XX	Depósitos Especiais – Estados
		11355.07.XX	Depósitos Especiais – Municípios
		12111.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos
		12121.05.XX	Crédito por Dano ao Patrimônio – Decisão do TCU
		12114.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Estados
		12115.03.XX	Empréstimos e Financiamentos Concedidos – Municípios
		11111.50.06	Fundo de Aplicação Financeira
		11111.50.14	Depósitos FAT BB
		11111.50.15	Depósitos FAT BNB
		11111.50.16	Depósitos FAT BNDES
	Critérios		
	Unidade Gestora	380916 – "Coordenação-Geral de Recursos do FAT/MTE".	
Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado		23XXX.XX.XX	Patrimônio Líquido
		11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
		-11111.02.XX	Conta Única – Subconta do Tesouro Nacional
		-11111.03.XX	Conta Única – Subconta Fundo do RGPS
		-11111.04.XX	Conta Única – Subconta Dívida Pública
		-11121.02.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Oficiais Exterior
		-11121.03.00	Bancos Conta Movimento – Bancos Locais Exterior
		-11121.50.00	Aplicação Financeira Liquidez Imediata – Moeda Estrangeira
		-11121.52.00	Aplicação em Depósitos Realizáveis – Curtíssimo Prazo
		-11111.19.XX	Bancos Conta Movimento – Demais Contas (para todas as UGs com exceção da 380916)
		-122XX.XX.XX	Investimentos
		-123XX.XX.XX	Imobilizado
		-124XX.XX.XX	Intangível
		-125XX.XX.XX	Diferido
		11121.51.00	Aplicações Financeiras – Fechamento de Câmbio
	Critérios		

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	Tipo de Administração Órgão	07 – "Fundos" EXCETO 37904 – "Fundo do Regime Geral da Previdência Social" e 25915 – "Fundo Constitucional do Distrito Federal"
	Se exclui a Disponibilidade do FAT das contas 23XXX.XX.XX para se chegar às Aplicações de Fundos Diversos Junto ao Setor Privado.	
Recursos da Reserva Monetária	Sem informação no SIAFI.	
Renegociação de Dívidas de Entes da Federação		
Dívida Renegociada Estados e Municípios (Lei nº 9.496/97 e MP nº 2.185/01)	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT</p> <p>11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados</p> <p>11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p> <p>11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p> <p>11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios</p> <p>12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados</p> <p>12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados</p> <p>12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios</p> <p>12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios</p> <p>12121.98.18 Créditos Sub-Rogados</p> <p>12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11381.42.00 Créditos Sub-Rogados</p> <p>11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município</p> <p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".</p> <p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 9.496/1997 e à MP nº 2.185/2001.</p> <p>Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF1705524 (Lei 9.496/97 (G1)); PF1705520 (Lei 9.496/97 (G3)); PF1705546 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G1)); PF1705547 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G2)); PF1705548 (Lei 9.496/97 – Resíduo (G3)); PF1705406 (MP 2.185/2001 (G3)); PF1705525 (MP 2.185/2001 (G1)); PF1705529 (MP 2.185/2001 (G2)); PF1705544 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G2)); PF1705545 (MP 2.185/2001 – Resíduo (G3)); PF1705528 (Lei 9.496/97 (G2)); e TODAS com os termos "9.496/97" e "2.185/2001".</p>	
Créditos da Lei nº 8.727/93	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT</p> <p>11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados</p> <p>11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p>	

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	<p>11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p> <p>11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios</p> <p>12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados</p> <p>12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados</p> <p>12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios</p> <p>12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios</p> <p>12121.98.18 Créditos Sub-Rogados</p> <p>12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11381.42.00 Créditos Sub-Rogados</p> <p>11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município</p> <p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170512 – "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".</p> <p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Lei nº 8.727/1993.</p> <p>Identificados pela Entidade no Conta Corrente: PF 1705109 (Lei 8.727/93 (G3)); TN0000016 (Lei 8.727/93 - CRC); TN0000017 (Lei 8.727/93 - Banco do Brasil - Demais Credores); PF1705109 (Lei 8.727/93); PF 1705536 (Lei 8.727/93 (G2)); e TODAS com o termo "8.727/93" na descrição.</p>
Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros)	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Exceto FAT</p> <p>11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Estados</p> <p>11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Estados</p> <p>11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p> <p>11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber – Inter Municípios</p> <p>11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Inter Municípios</p> <p>12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Estados</p> <p>12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Estados</p> <p>12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber – Municípios</p> <p>12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos – Municípios</p> <p>12121.98.18 Créditos Sub-Rogados</p> <p>12124.98.18 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11381.42.00 Créditos Sub-Rogados</p> <p>11384.42.00 Créditos Sub-Rogados – Estados</p> <p>11385.42.00 Créditos Sub-Rogados – Município</p> <p>Critérios</p>

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023



	<p>Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".</p> <p>Apenas os saldos identificados em nível de conta corrente relacionados à Dívida Externa Renegociada (Aviso MF nº 30 e outros). Identificados pela Entidade no Conta Corrente que contenham os seguintes termos: PF1705104; PF1705117; PF1705521; PF1705534; PF1705116; PF1705531; PF1705532; PF1705113; PF1701536; PF1705520; PF1705533; PF1705464; PF1705534; PF1705119; BIB; PF1705114; MF 030; FRANÇA; EXTER; FRANÇA; DMLP; PF1705384.</p>
Demais Dívidas Renegociadas	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>11241.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Exceto FAT</p> <p>11241.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>11244.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados</p> <p>11244.04.00 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Estados</p> <p>11244.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Estados</p> <p>11245.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios</p> <p>11245.04.01 Encargos sobre Empréstimos Concedidos a Receber - Inter Municípios</p> <p>11245.06.00 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Inter Municípios</p> <p>12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>12111.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos</p> <p>12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados</p> <p>12114.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Estados</p> <p>12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios</p> <p>12115.03.18 Resíduo de Empréstimos Concedidos - Municípios</p> <p>12121.98.18 Créditos Sub-Rogados</p> <p>12124.98.18 Créditos Sub-Rogados - Estados</p> <p>11381.42.00 Créditos Sub-Rogados</p> <p>11384.42.00 Créditos Sub-Rogados - Estados</p> <p>11385.42.00 Créditos Sub-Rogados - Município</p> <p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".</p> <p>Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</p>
Ajustes para Perdas	<p>12111.99.02 Ajuste para Perda de Crédito com Liquidação Duvidosa</p> <p>12114.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos</p> <p>12115.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos</p> <p>11294.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos</p> <p>11295.04.01 Perda Estimada em Empréstimos Concedidos</p> <p>12111.99.04 Ajuste para Perdas de Empréstimos/Financiamentos Concedidos</p> <p>11291.04.01 Ajuste de Perdas</p> <p>11394.01.01 *Ajuste de Perdas - Subgrupo 113</p> <p>11395.01.01 *Ajuste de Perdas - Subgrupo 113</p> <p>12125.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos</p> <p>12124.99.03 Ajuste para Perdas de Outros Créditos</p>

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal - 2º quadrimestre de 2023

	<p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170512 - "Coordenação-Geral de Haveres Financeiros (COAFI)".</p> <p>Demais valores não identificados em nível de conta corrente como relacionados às outras rubricas.</p>
Demais Ativos Financeiros	
Haveres Externos (Garantias)	Sem informação.
Outros Créditos Bancários	<p>11241.01.00 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>11241.02.01 Financiamento Concedidos a Receber - Exceto FAT</p> <p>11241.02.03 Juros a Receber - Financiamentos Concedidos</p> <p>11241.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber</p> <p>11241.03.02 Juros a Receber - Operações Especiais</p> <p>11241.03.04 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber - Exceto FAT</p> <p>11241.04.03 Encargos sobre Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT</p> <p>11244.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Estados</p> <p>11245.03.01 Créditos de Operações Especiais a Receber - Inter Municípios</p> <p>11241.03.03 Operações Especiais Securitizadas</p> <p>11244.03.03 Operações Especiais Securitizadas - Inter Estados</p> <p>11245.03.03 Operações Especiais Securitizadas - Inter Municípios</p> <p>12111.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber</p> <p>12111.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT</p> <p>12111.03.12 Juros Pro-Rata sobre Financiamentos a Receber</p> <p>12111.03.14 Créditos de Operações Especiais a Receber</p> <p>12111.03.16 Juros a Receber - Operações Especiais</p> <p>12111.03.20 Operações Especiais Securitizadas</p> <p>12114.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Estados</p> <p>12114.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Estados</p> <p>12115.03.01 Empréstimos Concedidos a Receber - Municípios</p> <p>12115.03.08 Financiamentos Concedidos a Receber - Exceto FAT - Municípios</p> <p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"</p> <p>Unidade Gestora 170526 - "COFIS - Projeto Bird"</p> <p>Unidade Gestora 170700 - "Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais"</p>
Ajustes para Perdas (Outros Créditos Bancários)	<p>11291.04.01 Ajuste de Perdas</p> <p>11291.04.03 Ajuste de Perdas em Operações Especiais</p> <p>12111.99.04 *Ajuste de Perdas - Empréstimos e Financiamentos Concedidos</p> <p>12111.99.07 *Ajuste de Perdas - em Operações Especiais</p> <p>Critérios</p> <p>Unidade Gestora 170705 - "Coordenação-Geral de Fundos e Operações Fiscais (COFIS)"</p> <p>Unidade Gestora 170526 - "COFIS - Projeto Bird"</p>

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal - 2º quadrimestre de 2023

Unidade Gestora	170700 – “Coordenação-Geral de Controle e Execução de Operações Fiscais”
(-) Restos a Pagar Processados	62292.01.03 Empenhos Liquidados a Pagar 63130.00.00 RPNP Liquidados a Pagar 63210.00.00 RP Processados a Pagar 62292.01.07 Empenhos Liquidados a Pagar Inscritos em RPP
Crítérios	
Ação de Governo	EXCETO 0005 – “Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)”.
	62292.01.02 Empenhos em Liquidação 62292.01.06 Empenhos em Liquidação Inscritos em RPNP 63120.00.00 RP Não Processados a Liquidar em Liquidação
Crítérios	
Unidade Gestora	EXCETO 170600 – Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública

3) **DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES – ANEXO 3 – LRF, ART. 55, INCISO I, ALÍNEA “C” E ART. 40, § 1º**, com metodologia elaborada pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida Pública, conforme a Nota Técnica SEI nº 2179/2023/ME, de 19 de setembro de 2023, relativa ao Demonstrativo das Garantias e Contragarantias da União – Relatório de Gestão Fiscal – 2º Quadrimestre de 2023.

1. A presente nota trata do Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, parte integrante do Relatório de Gestão Fiscal, previsto na Lei Complementar no 101, de 4 de maio de 2000, a ser emitido ao final de cada quadrimestre.

2. Com vistas à publicação do Relatório de Gestão Fiscal referente ao 2º quadrimestre de 2023, encontra-se, no Anexo I, o Demonstrativo das Garantias e Contragarantias de Valores, em operações de crédito de entes subnacionais, com garantia da União. O quadro, que consolida as informações atinentes a garantias e contragarantias registradas no Sistema Integrado de Administração Financeira — SIAFI, foi elaborado de acordo com as definições e a metodologia descritas no Manual de Demonstrativos Fiscais, 13ª edição, aprovado pela Portaria STN no 1.447, de 2022.

RGF - ANEXO 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea “c” e art. 40, § 1º)

R\$ Milhares

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
AOS ESTADOS (I)	213.843.827,83	205.619.717,72	204.912.634,40	-
Em Operações de Crédito Externas	123.783.660,54	118.471.036,65	115.395.254,66	-
Em Operações de Crédito Internas	90.060.167,29	87.148.681,07	89.517.379,74	-
AOS MUNICÍPIOS (II)	30.879.270,81	31.022.965,26	33.300.980,09	-
Em Operações de Crédito Externas	21.702.328,18	21.516.958,45	21.701.282,71	-
Em Operações de Crédito Internas	9.176.942,63	9.506.006,81	11.599.697,38	-
ÀS ESTATAIS FEDERAIS (III)	24.506.656,91	21.159.393,59	24.170.079,93	-
Em Operações de Crédito Externas	18.370.315,57	15.288.961,97	18.551.927,41	-
Em Operações de Crédito Internas	6.136.341,34	5.870.431,62	5.618.152,52	-
ÀS ENTIDADES CONTROLADAS (IV)	7.622.370,91	7.136.903,27	7.164.601,99	-
Em Operações de Crédito Externas	7.622.370,91	7.136.903,27	7.164.601,99	-
Em Operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS A OPERAÇÕES DE CRÉDITO (V) – (I + II + III + IV)	276.852.126,46	264.938.979,84	269.548.296,41	-

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDOS DO EXERCÍCIO DE 2023		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DOS ESTADOS (VI)	213.843.827,83	205.619.717,72	204.912.634,40	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	123.783.660,54	118.471.036,65	115.395.254,66	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	90.060.167,29	87.148.681,07	89.517.379,74	-
DOS MUNICÍPIOS (VII)	30.879.270,81	31.022.965,26	33.300.980,09	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	21.702.328,18	21.516.958,45	21.701.282,71	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	9.176.942,63	9.506.006,81	11.599.697,38	-
DAS ESTATAIS FEDERAIS (VIII)	4.552.221,18	4.329.363,16	4.225.521,11	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	1.593.540,73	1.435.152,41	1.378.807,69	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	2.958.680,45	2.894.210,75	2.846.713,42	-
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	7.622.370,91	7.136.903,27	7.164.601,99	-
Em Garantia às operações de Crédito Externas	7.622.370,91	7.136.903,27	7.164.601,99	-
Em Garantia às operações de Crédito Internas	-	-	-	-
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (X) – (VI + VII + VIII + IX)	256.897.690,73	248.108.949,41	249.603.737,59	-

3. Além do Manual de Demonstrativos Fiscais, foram seguidas as determinações contidas no art. 4º, inciso II, da Instrução Normativa no 59, aprovada pelo TCU em 12/08/2009. Nesse sentido, conforme segue abaixo, são apresentados, nos anexos a esta Nota, a relação de novos contratos garantidos pela União em operações de crédito externo e o total honrado pela União em parcelas inadimplidas por entes subnacionais no âmbito de operações de crédito externas e internas garantidas, ocorridas no período de 01/01/2023 a 31/08/2023.

4. Os registros contábeis correspondentes às garantias concedidas pela União estão identificados no SIAFI, na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, por meio dos seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.2.1.1.01.04 para garantias concedidas em operações de crédito internas; e
- 8.1.2.1.1.02.04 para garantias concedidas em operações de crédito externas.

5. Por sua vez, a contabilização correspondente às contragarantias recebidas pela União está registrada na gestão “Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social”, de acordo com os seguintes grupos de contas contábeis:

- 8.1.1.1.1.03.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito internas; e
- 8.1.1.1.1.04.04 para contragarantias recebidas referentes a operações de crédito externas.

6. Seguindo o disposto no Manual de Demonstrativos Fiscais, a partir de 2018, os saldos de garantias e contragarantias em operações de crédito passaram a ser registrados seguindo classificação por tipo de mutuário (estados, municípios, estatais federais e entidades controladas) e tipo de dívida (externa ou interna). As contas de controle no SIAFI foram ajustadas de modo a atender a nova classificação, sem prejuízo dos valores apurados no fechamento do exercício anterior.

7. As taxas de câmbio utilizadas para apuração de valores em reais do saldo garantido pela União em operações de crédito em moeda estrangeira foram as de 31/08/2023 (PTAX de venda do fechamento).

8. Ao final do 2º Quadrimestre de 2023, o saldo da dívida garantida em operações de crédito alcançou R\$ 269,55 bilhões. A dívida garantida em operações de crédito externas responde por R\$ 162,81 bilhões, equivalente a 60,40% do total. A dívida garantida em operações de crédito internas representa R\$ 106,74 bilhões, 39,60% do total.

9. Em comparação com o quadrimestre anterior, o saldo devedor das garantias em operações de crédito (Interna e Externa) apresentou um aumento no valor de R\$ 4,61 bilhões (1,74%), conforme apresentado no Anexo I desta Nota.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

10. Na apuração do saldo garantido em operações de crédito internas, verificou-se um aumento de R\$ 4,21 bilhões (4,11%) em relação ao último quadrimestre. O saldo das garantias em operações de crédito externas sofreu um aumento de R\$ 0,40 bilhões (0,25%) durante o 2º Quadrimestre de 2023.

11. A diferença entre os saldos de garantias concedidas e de contragarantias recebidas pela União se deve a ocorrências de dispensa de contragarantia previstos nos normativos vigentes. É o caso das operações de empresas públicas, cujo capital pertence integralmente à União, conforme prevê o art. 40, parágrafo primeiro, da Lei de Responsabilidade Fiscal.

12. Assim, para a apuração do saldo de contragarantias referentes a operações de crédito garantidas pela União, deduziu-se do saldo garantido original o saldo referente àquelas operações de crédito enquadradas no caso de dispensa de contragarantias elencado acima.

13. Em atenção às determinações contidas no Acórdão no 1.051/2007 do Tribunal de Contas da União — TCU, apresenta-se, no Anexo II, a tabela “Garantias Externas – Razões para Dispensa de Contragarantias”, atualizada de acordo com padrão fixado pelo TCU. No mesmo anexo, são listados os casos de dispensa de contragarantias em operações de crédito internas.

LRF, art.55, inciso I, alínea "c" e art. 40, §1

Valores em Reais
1,00

DISPENSA DE CONTRAGARANTIA DE CONTRATOS EXTERNOS	Data de assinatura	Moeda de Origem	Valor Contratado de Origem	SD Exercício Anterior	1º Quadrimestre	2º Quadrimestre	3º Quadrimestre
Externa				16.776.774.835,10	13.853.809.568,74	17.173.119.717,70	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC N° 101, DE 04.05.2000				16.776.774.835,10	13.853.809.568,74	17.173.119.717,70	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BID1608/OC-BR	23/09/2005	USD	1.000.000.000,00	978.318.750,00	781.359.375,00	769.046.875,00	
BID1860/OC-BR	19/10/2007	USD	1.000.000.000,00	1.630.531.250,00	1.406.446.875,00	1.384.284.375,00	
BID2023/OC-BR	19/03/2009	USD	1.000.000.000,00	2.119.690.625,00	1.875.262.500,00	1.845.712.500,00	
BID2236/OC-BR	13/12/2010	USD	1.000.000.000,00	2.608.850.000,00	2.500.350.000,00	2.307.140.625,00	
BID3866/OC-BR	10/11/2017	USD	750.000.000,00	3.726.928.571,40	3.482.630.357,10	3.427.751.785,67	
BID4358/OC-BR	01/08/2018	USD	600.000.000,00	1.736.555.610,77	0,00	0,00	
BID4672/OC-BR	11/12/2020	USD	750.000.000,00	3.913.275.000,00	3.750.525.000,00	3.691.425.000,00	
BIRD7964-BR	05/12/2011	USD	50.000.000,00	62.625.027,93	57.235.461,64	56.333.557,03	
BID5115/OC-BR	05/06/2023	USD	750.000.000,00	0,00	0,00	3.691.425.000,00	
Interna				3.177.660.889,67	2.976.220.868,42	2.771.439.101,69	0,00
CONTRATOS SOB A VIGÊNCIA DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (LRF) - LC N° 101, DE 04.05.2000				3.177.660.889,67	2.976.220.868,42	2.771.439.101,69	0,00
Obrigação de vincular contragarantias com dispensa para entidades do próprio Ente							
BNDES - 2010578	14/04/2010	BRL	5.916.460.013,00	1.133.152.805,93	983.467.844,71	832.023.209,43	
BNDES - 2010589	30/11/2010	BRL	4.000.000.000,00	2.044.508.083,74	1.992.753.023,71	1.939.415.892,26	
TOTAL INTERNA E EXTERNA				19.954.435.724,77	16.830.030.437,16	19.944.558.819,39	0,00

14. A Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, determina a divulgação de todas as operações de crédito externas, com garantia da União, contratadas ao longo do período de referência do Relatório de Gestão Fiscal. As operações de crédito externas, garantidas pela União, contratadas ao longo de 2023 são elencadas no Anexo III.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Fonte: PGFN-COF

ANO	CONTRATO	CREADOR	MUTUÁRIO	DATA DE ASSINATURA	MOEDA DE ORIGEM	VALOR	DESCRIÇÃO
2023	BIRD9410-BR	BIRD	Mun. Rio de Janeiro/RJ	26/01/2023	USD	135.238.245,00	Projeto de Ajuste e Desenvolvimento Sustentável do Rio de Janeiro
2023	BID5158/OC-BR	BID	BRDE	07/02/2023	USD	50.000.000,00	Programa Emergencial de Mitigação dos Efeitos Econômicos do Coronavírus - (ProSul Emergencial)
2023	BID5204/OC-BR	BID	BRDE	07/02/2023	USD	100.000.000,00	Programa de Promoção do Desenvolvimento Local da Região Sul - (ProSul)
2023	BIRD9070-BR	BIRD	BRDE	23/03/2023	EUR	44.800.000,00	Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato A).
2023	BIRD9071-BR	BIRD	BRDE	23/03/2023	EUR	44.800.000,00	Resiliência Urbana no Sul do Brasil - Programa Sul Resiliente" (Contrato B).
2023	BID5636/OC-BR	BID	Mun. Recife/PE	15/05/2023	USD	104.000.000,00	Programa para Promoção da Sustentabilidade Fiscal e Melhoria da Efetividade do Gasto Público.
2023	BID5732/OC-BR	BID	Mun. Recife/PE	15/05/2023	USD	260.000.000,00	Programa de Requalificação e Resiliência Urbana em Áreas de Vulnerabilidade Socioambiental – ProMorar Recife
2023	Fonplata BRA-35/2022	FONPLATA	Mun. Brusque/SC	18/05/2023	USD	30.000.000,00	Programa de Desenvolvimento Urbano e Sustentável em Brusque/SC - BRUSQUE 2030
2023	BID5393/OC-BR	BID	Est. Mato Grosso	26/05/2023	USD	56.279.900,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Mato Grosso - PROFISCO II - MT
2023	BID5115/OC-BR	BID	BNDES	05/06/2023	USD	750.000.000,00	Programa Global de Crédito Emergencial de Fin. às Micro, Pequenas e Médias Empresas para a Defesa do Setor Produtivo e o Emprego
2023	BID5155/OC-BR	BID	Est. Espírito Santo	20/06/2023	USD	82.329.200,00	Programa de Ampliação e Modernização do Sistema Prisional do Espírito Santo - MODERNIZA-ES
2023	BID5344/OC-BR	BID	Est. Alagoas	29/08/2023	USD	36.000.000,00	Projeto de Modernização da Gestão Fiscal do Estado de Alagoas - PROFISCO II AL

15. Conforme estabelecido no art. 4º, inciso II, alínea b, da Instrução Normativa nº 59 do TCU, aprovada em 12/8/2009, informamos que, no período de referência deste Relatório de Gestão Fiscal, a União realizou pagamentos referentes a honras de garantias concedidas em operações de crédito externas e internas, cujos montantes estão relacionados no Anexo IV desta Nota.

Em milhões de R\$

Mutuário	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	Total
Estados	2.361,87	4.031,34	4.805,60	8.350,24	13.265,20	8.963,28	9.750,86	8.093,39	59.621,77
Rio de Janeiro	2.227,32	3.989,45	4.027,89	4.042,60	8.250,81	4.180,46	3.975,34	2.495,66	33.189,52
Minas Gerais	-	-	553,15	3.307,90	3.175,94	3.130,04	1.979,04	2.457,34	14.603,41
Goiás	-	-	33,59	770,15	553,18	1.301,48	1.288,31	614,37	4.561,09
Rio Grande do Sul	-	-	-	-	-	-	886,57	803,65	1.690,22
Maranhão	-	-	-	-	280,16	-	547,90	681,40	1.509,47
Pernambuco	-	-	-	-	354,85	-	443,86	645,03	1.443,73
Piauí	-	-	126,95	-	62,25	-	352,16	334,22	875,58
Rio Grande do Norte	-	-	-	139,41	148,28	156,98	35,11	-	479,77
Amapá	-	-	-	90,18	82,26	194,32	-	-	366,76

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Alagoas	-	-	-	-	-	-	242,57	-	242,57
Bahia	-	-	-	-	239,80	-	-	-	239,80
Roraima	27,42	41,89	64,00	-	2,27	-	-	-	135,58
Mato Grosso	107,13	-	-	-	-	-	-	-	107,13
Tocantins	-	-	-	-	88,86	-	-	-	88,86
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	61,72	61,72
Mato Grosso do Sul	-	-	-	-	25,60	-	-	-	25,60
Paraíba	-	-	-	-	0,65	-	-	-	0,65
São Paulo	-	-	-	-	0,29	-	-	-	0,29
Municípios	15,81	28,49	17,49	3,43	66,23	1,56	32,06	32,86	197,94
Taubaté - SP	-	-	-	-	-	-	32,06	32,82	64,88
Natal - RN	10,93	28,49	17,49	-	4,50	-	-	-	61,41
São Bernardo do Campo - SP	-	-	-	-	30,10	-	-	-	30,10
Goiânia - GO	-	-	-	-	11,95	-	-	-	11,95
Novo Hamburgo - RS	-	-	-	-	8,10	-	-	-	8,10
Belford Roxo - RJ	1,17	-	-	1,59	3,60	1,56	-	-	7,93
Chapecó - SC	2,27	-	-	-	3,76	-	-	-	6,03
Cachoeirinha - RS	1,45	-	-	1,83	2,54	-	-	-	5,82
Rio Grande - RS	-	-	-	-	1,68	-	-	-	1,68
Santanópolis - BA	-	-	-	-	-	-	-	0,04	0,04
Total Geral	2.377,68	4.059,83	4.823,09	8.353,67	13.331,43	8.964,84	9.782,93	8.126,25	59.819,71

16. Feitas tais considerações, sugerimos o encaminhamento da presente Nota e anexos para providências da Coordenação-Geral de Contabilidade — CCONT.

Os valores acima podem diferir do Anexo 3 publicado neste Relatório, porque não estão computados os valores de Garantias por meio de Fundos e Programas no anexo encaminhado pela Coordenação-Geral de Controle da Dívida (CODIV). Além disso, até recentemente, como foi o caso do exercício de 2018, aquela Coordenação-Geral agregava aos seus valores informações encaminhadas pelas entidades posteriormente ao fechamento do mês no SIAFI, diferindo deste demonstrativo, que leva em consideração exatamente os saldos no sistema até o fechamento do quadrimestre.

Os valores são verificados de forma independente pela Coordenação-Geral de Contabilidade Pública (CCONT), por meio do sistema Tesouro Gerencial, com base nos seguintes critérios:

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

GARANTIAS CONCEDIDAS	
AOS ESTADOS (I)	
Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000069
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000064
AOS MUNICÍPIOS (II)	
Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000070
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000065
AS ENTIDADES CONTROLADAS (III)	
Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81211.02.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000071 CG0000072
Em Operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar Conta Corrente CG0000066 CG0000067
POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (IV)	Conta Contábil 81211.01.04 – Fianças a Executar CG0000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAU; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001 OU Conta Contábil 81211.01.10 – Seguros Garantia a Executar
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (V) = (I + II + III + IV)	
CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	
Soma das Operações Internas e Externas.	
DOS ESTADOS (VII)	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000069
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000064
DOS MUNICÍPIOS (VIII)	
Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000070
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000065
DAS ENTIDADES CONTROLADAS (IX)	
Soma das Operações Internas e Externas.	
Em Garantia às operações de Crédito Externas	Conta Contábil 81111.04.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000071 CG0000072
Em Garantia às operações de Crédito Internas	Conta Contábil 81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar Conta Corrente CG0000066 CG0000067
EM GARANTIAS POR MEIO DE FUNDOS E PROGRAMAS (X)	Conta Contábil 81111.03.04 – Contragarantias sobre Fianças Concedidas a Executar

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Conta Corrente	CG000068; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAUI; CGFSCEIRB; CGLEI8036; CGPPRONAF; CGPRCACAUI; CGASCA001; CGASCA007; CGASPN001
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS (XI) = (VII + VIII + IX + X)	

4) DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO – ANEXO 4 – LRF, ART. 55, INCISO I ALÍNEA “D” E INCISO III ALÍNEA “C”

- Gestão: Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social, exceto quando indicado de forma diferente no quadro abaixo;
- Definição dos itens integrantes da dívida consolidada:

DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO	
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	Soma das Operações Mobiliárias e Contratuais.
Mobiliária	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2111002 OU 8111002 Natureza de Receita 21110200; 21110201; 81110200; 81110201
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	89611.03.09 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – CP 89611.03.10 Emissão Interna por Assunção de Dívidas – LP
Outras Internas – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2111001 OU 2111003 Natureza de Receita 21110300; 21110301; 21110100; 21110101
Outras Internas – Extraorçamentárias	Soma dos itens abaixo.
Aporte Bacen Lei nº 11.803/2008	89611.03.03 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – CP 89611.03.04 Emissão Interna por Aporte ao BACEN – LP
Aporte em Empresas	89611.03.11 Emissão Interna por Aporte em Empresas – CP 89611.03.12 Emissão Interna por Aporte em Empresas – LP
Trocas e Demais Operações Internas	89611.03.01 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Mercado 89611.03.02 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Mercado 89611.03.05 Emissão de Títulos de Curto Prazo – TDA 89611.03.06 Emissão de Títulos de Longo Prazo – TDA
Externa	Soma dos itens abaixo.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Refinanciamento	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2121002 ou 212102
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Mobiliárias Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada 89611.03.07 Emissão de Títulos de Curto Prazo – Externo 89611.03.08 Emissão de Títulos de Longo Prazo – Externo (EXCETO para as contas contábeis de emissão de títulos) <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2121001 ou 212101
Contratual	Soma das Operações Internas e Externas.
Interna	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2112001
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Internas	212110398 Outros Contratos – Empréstimos Internos
Externa	Soma dos itens abaixo.
Abertura de Crédito – Orçamentárias	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações 62133.00.00 Compensações 62134.00.00 Incentivos Fiscais 62139.00.00 Outras Deduções da Receita Orçamentária 62120.00.00 Receita Realizada <i>Critérios</i> Natureza de Receita Começa com: 2122001 Natureza de Receita 21220100; 21220101; 21220102
Abertura de Crédito – Extraorçamentárias	Sem informação.
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	Sem informação.
Outras Operações Contratuais Externas	62131.00.00 Restituições 62132.00.00 Retificações

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	Critérios	
	Natureza de Receita	Começa com: 2119001 ou 2129001
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA	Informações obtidas no Anexo 3 do Relatório Resumido de Execução Orçamentária.	
OPERAÇÕES VEDADAS (II)	Operações que devem ser levadas em consideração no cumprimento do limite.	
OUTRAS OPERAÇÕES DEDUZIDAS DO LIMITE (III)	Soma dos itens abaixo.	
Amortização/Refinanciamento do Principal de Dívidas	62131.00.00	Restituições
	62132.00.00	Retificações
	62133.00.00	Compensações
	62134.00.00	Incentivos Fiscais
	62139.00.00	Outras Deduções da Receita Orçamentária
	62120.00.00	Receita Realizada
	62213.03.00	Crédito Empenhado Liquidado a Pagar
	62213.04.00	Crédito Empenhado Liquidado Pago
	Critérios	
	Grupo de Despesa	6 (Amortização/Refinanciamento da Dívida)
Concessão de Garantias	Saldo de concessões de garantias no ano, obtido no Anexo 3 do Relatório de Gestão Fiscal.	
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (IV) = (I) + (II) - (III)		

5) DEMONSTRATIVO DOS LIMITES – ANEXO 6 – LRF, ART. 48

As informações são obtidas dos Anexos 1 a 4.

Relatório de Gestão Fiscal do Poder Executivo Federal – 2º quadrimestre de 2023

Este conteúdo não substitui o publicado na versão certificada.

